
DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA

Magalhães Mota

DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA (*)

1. Existirá alguma correlação entre o desenvolvimento e o sistema político dum país?

Tem-se, intuitivamente, a noção de que sim.

Sabe-se como a economia condiciona a afectação de recursos à manutenção e equipamento das Forças Armadas e bastaria o exemplo português para o recordar aos mais distraídos.

É igualmente conhecida a dicotomia clássica entre os canhões e a manteiga e igualmente sabido como só nos regimes totalitários o desenvolvimento das despesas militares pode fazer-se mesmo em detrimento do bem-estar do conjunto da população.

Mas não haverá uma ligação mais intensa, de tal modo que possa dizer-se que a determinado estágio de desenvolvimento económico corresponde um sistema político?

2. Boa parte de nós recorda as teses defendidas na Espanha dos anos sessenta, de acordo com as quais atingido certo nível de crescimento económico — que chegou, inclusivamente, a quantificar-se em termos de rendimento «per capita» — a abertura política aconteceria naturalmente.

A problemática dos efeitos políticos do desenvolvimento económico é, duma forma sistemática, lançada por Walt Rostow numa série de conferências universitárias feitas em 1958 e publicadas rapidamente com o título «The Stages of Economic Growth (1)».

Rostow explica, logo no prefácio, ter por preocupação fundamental «estabelecer uma correlação entre as forças económicas e as forças sociais e políticas». E acrescenta:

«Não me satisfazia a explicação dada por Marx da relação entre o comportamento económico e o comportamento não económico...

A análise das etapas do crescimento oferece uma explicação que poderia substituir a teoria marxista da história moderna.»

(1) Existe edição francesa, de 1962, com o título «Les étapes de la croissance économique». Em 1971, Walt Rostow voltou ao tema em «Politics and the Stage of Growth».

Rostow considera cinco fases fundamentais pelas quais passariam todas as sociedades. Assim, nesta escala de crescimento (sociedades tradicionais, com condições prévias para o arranque, em desenvolvimento, a caminho da maturidade e de consumo de massa) as sociedades contemporâneas situar-se-iam a níveis diferentes, traduzindo-se tais disparidades económicas em disparidades políticas.

A «força» dos modelos simplificados é muito grande.

Todos sabemos que a sociedade tradicional e a sociedade de consumo não se governam — *nem podem governar-se* — da mesma maneira.

Não admira, pois, que, na sequência de Rostow, várias tenham sido as análises procurando averiguar dos modos pelos quais o desenvolvimento socioeconómico condicionaria o acesso à democracia. O problema (diferente) do desenvolvimento político dum sistema como tal viria depois.

3. Não deixa de ser curioso assinalar que, assumindo Rostow o procurar uma «explicação substitutiva da teoria marxista da história, acaba por sugerir uma ideia que está na base da teoria marxista: a de que o progresso político é *determinado* pelo progresso da economia, ou de que a evolução da «infra-estrutura técnico-económica» comanda a evolução da «super-estrutura» política.

Os argumentos *a favor* da tese são, fundamentalmente, de ordem geográfica, histórica e estatística.

É simples o argumento geográfico.

Sobrepor dois mapas mundiais é verificar a quase total coincidência entre as zonas economicamente desenvolvidas e as zonas de regime democrático.

As zonas do subdesenvolvimento (América Latina, Ásia, África) são as zonas do autoritarismo.

Mas há quem vá mais longe e saliente, por exemplo, a estabilidade democrática dos nórdicos em confronto com a Itália ou aponte a «rigidez» albanesa já isolada do «bloco leste».

Os argumentos históricos são de idêntica simplicidade.

Aponta-se, nomeadamente, o aparecimento do parlamentarismo em Inglaterra como sublinhando ter tido também aí início — e não por acaso — a revolução industrial e a ligação temporal — na França, na Itália, etc. — do parlamentarismo e do capitalismo industrial.

Uma análise comparativa mais precisa é efectuada em termos estatísticos (2).

Combinando índices socioeconómicos (rendimento «per capita», alfabetização, escolarização, industrialização, urbanismo, difusão da imprensa, etc.) e índices políticos (participação eleitoral, efectivos militares, despesas públicas), RUSSET (3) estabeleceu cinco níveis ou «graus de desenvolvimento económico e político».

Tais seriam:

Grau 1 — Sociedades «tradicionais primitivas»;

Grau 2 — Civilizações tradicionais;

Grau 3 — Sociedades «de transição»;

Grau 4 — Sociedades «de revolução industrial»;

Grau 5 — Sociedades «de alto consumo de massa».

Nos anos 70, ROBERT A. DAHL combina a sua própria tipologia com a de Russet e conclui que apenas 3% dos sistemas democráticos coexistem com civilizações tradicionais, 9% com sociedades de transição e os restantes 88% se repartiam, em partes iguais, pelas sociedades de grau 4 e 5.

4. HAROLD LASKI escreve que «uma democracia política tem necessidade, para ser sólida, duma economia em expansão.

Mas existirá este grau de correlação que permita falar de relações «causa-efeito»?

Será que os povos só são livres se puderem ser ricos?

Ou que o desenvolvimento pressuponha, pelo menos no seu início, a ditadura?

Sendo objectivo destas notas introduzir um debate e carrear elementos que ajudem ou provoquem uma reflexão, forçoso será ainda, antes de adiantarmos posição própria, expor outros tipos de análise, ou seja, ultrapassar a fase de verificação de sobreposições possíveis para a dos argumentos que pretendem explicar a correlação entre desenvolvimento e democracia.

Trata-se, no fundo, de salientar que o desenvolvimento socioeconómico faz reunir um conjunto de circunstâncias ou condições que são «indispens-

(2) São hoje clássicos, o trabalho colectivo orientado por TAYLOR «Aggregate Data Analysis, Political and Social Indicators in Cross-National Research» e a obra, também colectiva, dirigida por BRUCE M. RUSSET «World Handbook of Political and Social Indicators».

(3) BRUCE M. RUSSET, «Trends in World Politics» 1965, New York, ed. Macmillan.

sáveis» à democracia e que, dificilmente, se verificam em situações de subdesenvolvimento.

É assim, por exemplo, que nas sociedades tradicionais, como nas sociedades «de transição» (entre o tradicionalismo e a modernidade) é mais intenso o «nível de conflito» e menor número de vezes são esses conflitos resolvidos de forma não violenta e sem emprego da força. Quando as necessidades a satisfazer excedem largamente os bens disponíveis, a luta pela apropriação dos recursos e antagonismos sociais muito grandes opõe os pequenos grupos de privilegiados à massa de desprotegidos, criando uma situação que é potencialmente revolucionária.

A possibilidade duma competição política é, pelo menos, largamente diminuída.

A célebre carta dos operários de São Petersburgo após o «Domingo Vermelho» de 1905 seria um testemunho exemplar. Aí se lê: «Estamos esgotados, Sire! Ultrapassámos o limite da paciência, Chegámos ao terrível momento em que mais vale a morte que o prolongamento de sofrimentos intoleráveis.»

Ao contrário, as sociedades, garantindo o mínimo vital à maioria dos cidadãos, elevando o nível geral da vida, fariam diminuir estas situações conflituais, em que «a violência dos privilegiados alterna com a violência dos oprimidos» (4).

ROBERT A. DAHL, por sua vez, chamou a atenção para o que ele chama «recursos políticos», isto é, os meios de influenciar comportamento, e que vão desde a disponibilidade de tempo à informação, relações sociais, posição social, direito de voto, etc., que estão menos desigualmente repartidos nas sociedades desenvolvidas.

Nas sociedades tradicionais a concentração de recursos é a regra. Por exemplo, nas sociedades agrárias a posse da terra significa, e ao mesmo tempo, a riqueza, a posição social, as possibilidades de carreira.

Mas os exemplos podem multiplicar-se. «Se a “classe política” é de licenciados, quantos destes têm origem — ou podem tê-la — nos trabalhadores rurais?» perguntava-se, para o caso brasileiro, João Goulart.

(4) O «clássico» é, nesta matéria, o estudo de Ivo e Rosalind Feierabend e Betty Nesvold intitulado «Social Change and Political Violence: Cross-National Patterns», publicado em «The History of Violence in América» de Hugh Davis Graham e Ted Robert Gurr.

Por último, há um mínimo cultural que a democracia pressupõe. O próprio sufrágio universal tem significado pleno quando os cidadãos *compreendem* os problemas fundamentais submetidos ao seu voto ⁽⁵⁾.

5. Sem preocupação diferente da de introduzir um debate, poderíamos, por agora ficar por aqui.

Deixando, à imaginação e interesse de cada um, o acrescentar os seus próprios argumentos ou o encontrar de contra-argumentos, relativamente às teses (melhor diria a tese) expostas.

Sugeria tão-somente, que deixássemos de parte a velha questão de saber se as excepções confirmam ou infirmam a «regra» apontando exemplos, quer de instituições democráticas em sociedades não desenvolvidas, quer o de instituições autoritárias nas sociedades desenvolvidas.

Já me parece mais curioso reflectir sobre como a experiência soviética se enquadra no esquema proposto e até sobre os acontecimentos recentes da Polónia e as teses de Sakharov ⁽⁶⁾.

A questão da dependência ou autonomia da política — questão-chave e não encerrada da ciência política — também aqui caberá.

E o caso português, claro.

Ficando desde já a «anotação» de que também eu pretendo participar no debate.

* *

*

A ideia de que todos os países são confrontados com um processo de «desenvolvimento político», marcando a passagem duma sociedade tradicional (em termos políticos) para uma sociedade moderna — também, em termos políticos, como é evidente —, merece algum destaque na medida em que tem estado presente em muitas análises e intervenções na vida política portuguesa.

⁽⁵⁾ A argumentação anotada não é típica do século XIX. Nela se fundamentam, por exemplo, críticas ao recurso ao referendo ou ao alargamento de voto aos emigrantes.

⁽⁶⁾ «Progresso, Coexistência e Liberdade Intelectual». Há edição portuguesa, na colecção «Diálogo» das Publicações Dom Quixote.

O corolário lógico da existência dum *processo*, precisamente por se tratar duma dinâmica evolutiva, é a de que o acesso à modernidade política não se faz de imediato, havendo inclusivamente uma diferença sensível entre a vida política autêntica e os modelos institucionais ou mesmo as instituições existentes.

Em 1964, Almond (7) anotava a propósito dos problemas próprios dos países em vias de desenvolvimento que «os homens de Estado ocidentais tiveram muito tempo para primeiro formar uma Nação; criar, depois, uma autoridade política e hábitos de obediência à lei; depois, transformar os súbditos em cidadãos, com o desenvolvimento do sufrágio universal, dos partidos políticos, dos grupos de interesses e dos meios de comunicação; finalmente, satisfazer a procura do bem-estar.

Os homens de Estado das Novas Nações defrontam, ao mesmo tempo e de seguida, todos estes problemas. Enfretam revoluções *simultâneas e cumulativas* (...) Por exemplo, J. Nyerere, na Tanzânia, lidera e ao mesmo tempo, uma revolução *nacional*, uma revolução de *autoridade*, uma revolução de *participação* e uma revolução de *desenvolvimento*. Não pode avançar nas quatro direcções imediatamente. Não pode sequer escolher livremente. De bom ou mau grado, terá de conferir prioridade à criação da nação e de uma autoridade governamental eficaz, antes de dar satisfação aos desejos de participação e bem-estar. Isto significa que, quaisquer que sejam as normas ou as forças constitucionais, os sistemas políticos das novas nações terão necessariamente fortes tendências centralizadoras e autoritárias.»

Nesta base, se tem sustentado o insucesso dos regimes parlamentares nos países em vias de desenvolvimento e a necessidade do estabelecer de regimes presidencialistas.

Não admira que, com maior ou menor entusiasmo, fundamentação teórica ou sem ela, a questão tenha chegado a Portugal e continui, aliás, latente.

Nesta, ou noutra base, penso mais útil e inteligente colocar frontalmente a questão e responder-lhe, do que fugir a ela, com maiores ou menores rodeios... e receios.

(7) GABRIEL ALMOND «Democracy and The New Nations» in Stanford Today, Outono 1964 série 1, n.º 10. A análise é, no essencial, retomada em «Comparative Politics» por Almond e Powell (1966).

Na minha Terra, as dificuldades «pegam-se»... e de preferência «de caras»...

* *
*

Tal como a direita portuguesa ⁽⁸⁾ se esforçava, ainda no início da década de 70, por nos explicar o nosso destino «africano», a necessidade de voltar costas à Europa e a «traição» correspondente a afirmar-se o contrário, também nos pós-25 de Abril a África voltou a ser modelo-mito, agora de esquerda revolucionária.

A África foi «modelo» de regeneração histórica, política, ideológica de que as «campanhas de dinamização cultural» constituem enraizamento. A «psico» falhada e a estratégia dos movimentos de libertação assimilada, confundiam-se.

Creio entretando que esta «africanização» teve mais a ver com a psicanálise do que com realidade sociocultural portuguesa.

Eduardo Lourenço disse-o ⁽⁹⁾ duma forma notável e que vale a pena citar. «À «africanização» ideológico-política em curso (cujas cartas de nobreza se encontram no Boletim das Forças Armadas e em especial no número «estático consagrado à independência de Moçambique), mau grado o seu carácter ofensivo, berrante e folclórico, nada tem de positivo. É uma expressão insofismável de *derrotismo*, uma forma do pessimismo nacional, por mais paradoxal que afirmação pareça, Como o célebre Barão Munchausen nós metemos a cabeça debaixo de água para não nos molharmos, quer dizer, para não encarar *de frente* a situação, na verdade difícil mas não insuperável, da nação exploradora que se vê forçada a reconverter o seu projecto histórico. Oferecemo-nos imaginariamente um *destino africano* de vítimas promovidas ao papel de regeradores do universo, deslocarmo-nos para esse espaço histórico e ideológico mítico referenciado pelas figuras de Amílcar Cabral ou Samora Machel é a maneira de fugir ao *nosso destino europeu*, de o transfigurar, de o adaptar ao pânico íntimo que nos causam

⁽⁸⁾ Alguns deles apareceram «europeístas» quando a Europa foi «a prioridade das prioridades» AD...

⁽⁹⁾ No «Expresso» de 2 de Agosto de 1975.

os problemas concretos e urgentes que em termos europeus ou herdados da tradição europeia, onde estamos imersos e submersos, devemos resolver.»

Creio que ultrapassámos esta fase. Já era tempo de perder de vista a África mítica.

Podemos, por isso, afastar o esquema de Almond e dizer que, em Portugal, mesmo no imediato pós-25 de Abril, já o seu quadro de referência não era aplicável.

A revolução foi muitas coisas «simultâneas e cumulativas» mas não foi o surgir duma Nova Nação.

Povo experiente de muitos séculos de existência autónoma, somos.

Esquecê-lo ou minimizá-lo, em todas as suas consequências, não foi, nem podia ser, um bom princípio.



Havemos, pois, de procurar outras razões para o tema presidencialismo.

A correlação com o desenvolvimento só pode estabelecer-se (creio bem) quando se entende que um regime parlamentar se adapta mal a um enquadramento autoritário do desenvolvimento económico.

Ou, numa outra perspectiva, quando se fala das situações de *anomia* como predispondo ao acolhimento das lideranças carismáticas.

O conceito de «*anomia*», vindo de Durckheim, designa a situação social em que as normas são inexistentes ou contraditórias, a um tal ponto que os indivíduos não sabem como orientar a sua conduta.

Quando as estruturas foram objecto duma revolução que modificou também profundamente as relações e a cultura do grupo e a este «traumatismo social» correspondeu o perderem-se valores, costumes, laços tradicionais, quando as normas de conduta antiga desaparecem sem serem substituídas por sistema coerente, a sociedade está em situação de anomia...

Os «mostradores de caminhos» aparecem então.

Se penso correcta a análise, não penso legítima a identificação entre o presidencialismo e a liderança carismática.

Daí que mantenha a afirmação de acordo com a qual há que encontrar motivações e razões de ser para o «presidencialismo» diferentes das ligadas à problemática do desenvolvimento.

É outro tema (a cuja discussão, obviamente, me não furto.) (*)

Dr. Magalhães Mota

(*) Tal como na primeira parte deste texto — e as duas partes são diferenciadas — manteve-se, propositadamente, o texto original dumas notas para introduzir um debate sobre o tema.